



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681192 - MG (2021/0225187-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CLEMERSON JUNIO FERREIRA NUNES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEMERSON JUNIO FERREIRA NUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravado em Execução Penal n. 1.0105.16.035210-7/002).

O paciente, em cumprimento de pena, teve o pedido de indulto indeferido "por não haver o agravante cumprido o requisito de ordem objetiva para concessão da benesse" (fl. 268). O entendimento foi mantido pelo tribunal.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois teria preenchido tanto os requisitos objetivos como subjetivos para fazer jus ao indulto previsto no Decreto n. 9.246/2017.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão até o julgamento final. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se conceda o indulto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente